

Um elefante na sala. Capitalismo e trabalhadores rurais no campo sul-americano

 **Juan Manuel Villulla**¹

 **Mucio Tosta Gonçalves**²

 https://doi.org/10.36920/esa33-1_09

Introdução

Na América do Sul, trabalhadores e trabalhadoras rurais são uma espécie de “elefante na sala” dos estudos sociais agrários e da sociologia do trabalho. Seu esforço cotidiano explica tanto as divisas que entram em nossos países por nossos principais produtos primários de exportação, quanto os produtos de nossa alimentação básica: farinhas de soja, milho ou trigo; carnes de vaca, frango ou porcos; café, açúcar ou erva-mate; leite, queijos e outros derivados lácteos; a maior parte das frutas e seus sucos; arroz, feijão ou lentilha; vinhos, cervejas e outras bebidas alcoólicas de consumo em massa; até mesmo produtos fora do âmbito estritamente alimentar, como algodão ou madeiras. Todos têm em comum o fato de serem produzidos principalmente por empregados e empregadas que existem e se reproduzem em relação de dependência a

¹ Professor Titular de Sociologia Rural na Universidade Nacional de La Plata (UNLP). Professor Adjunto de História Econômica e Social da Argentina na Universidade de Buenos Aires (UBA). Diretor do Programa de Mestrado em Economia Agroalimentar (FCAYC-UNLP). Pesquisador associado do CONICET no Instituto de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (IdIHCS), onde coordena o Grupo de Estudos sobre Subalternidade, na Argentina. E-mail: jmvillulla@gmail.com.

² Professor do Departamento de Ciências Econômicas e do Programa Interdepartamental de Pós-graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (Pipaus) da Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ), no Brasil. E-mail: mucio@ufsj.edu.br.

algum patrão, inclusive em propriedades que não são *stricto sensu* capitalistas (Riella; Mascheroni, 2015).

Trabalhadores e trabalhadoras rurais compõem a maior parte da população de nossas estruturas de classes agrárias. E, nos casos daqueles países nos quais não o são, por força de processos de esvaziamento do campo decorrentes de transformações na estrutura global de classes, quase nunca deixam de ser os sujeitos empregados como principais produtores diretos dessas mercadorias (Omachea Saavedra, 2015).

Além disso, salvo algumas exceções recentes, suas condições de trabalho costumam ser das piores entre as más condições laborais de nossos países (Mafort, 2018; Villulla; Vértiz, 2025). Assim, em conjunto, seu peso demográfico, sua importância econômica e a dureza de suas condições de existência configuram uma das problemáticas cardinais no campo, ao mesmo tempo em que falam da natureza das relações sociais por meio das quais se produzem alimentos e divisas em nosso continente.

No entanto, nos últimos anos, a questão do trabalho rural voltou a ser uma espécie de “tema de minorias” entre os estudos sociais agrários e a sociologia do trabalho, apesar da longa e frutífera tradição latino-americana que se dedicou ao tema durante boa parte do século passado e do início do atual. Por que essa curiosa ausência do tema nos debates sobre o denominado “mundo rural”? É possível dar conta da natureza de nossas estruturas agrárias e da dinâmica que as move sem considerar as características que a relação capital-trabalho assume em seu seio? Como explorar o que está acontecendo em termos políticos e culturais nas vastas zonas rurais do “interior” da América do Sul profunda, sem levar em conta essa maioria nem sempre silenciosa de trabalhadores e trabalhadoras do campo?

Esta Sessão Temática constituiu uma convocação que apelou às diversas tentativas de abordar essa lacuna em nossos países, ao mesmo tempo em que oferece algumas hipóteses para explicá-la.

Do capitalismo agrário ao agronegócio: derivações de um deslocamento

Entre o final do século XX e o início do século XXI, os territórios rurais da América do Sul passaram por transformações transcendentais (Bengoa, 2003;

Giarracca; Levy, 2004). O fio condutor dessas mudanças foi basicamente a expansão do capitalismo para zonas que haviam permanecido relativamente abstraídas de sua influência – boa parte da Amazônia, o Gran Chaco ou as áreas tradicionalmente camponesas dos Andes –, e seu aprofundamento em áreas nas quais já constituía o modo de produção dominante há muito tempo, como as Pampas, a Patagônia ou a zona sudeste do Brasil (Almeyra *et al.*, 2015).

Em qualquer caso, por expansão horizontal ou intensificação vertical, a lógica desse sistema social generalizou seus imperativos econômicos – a busca pelo lucro do lado do capital e a luta pela sobrevivência do lado dos trabalhadores despossuídos e camponeses; os termos das trocas e a produção comandada pela lei do valor; a fetichização da técnica e da tecnologia; a relação instrumental e de curto prazo com a natureza, pautada numa racionalidade calculadora de fins utilitários; a tendência à individuação subjetiva e à mercantilização dos laços sociais; os hábitos de consumo, baseados em expectativas de modos de vida consumistas; bem como as formas específicas de exercício do poder e conflituosidade social. Também foram e têm sido importantes nestas transformações os deslocamentos demográficos resultantes da redistribuição geográfica do emprego e das ocupações, configurando um mapa de novos circuitos e modalidades migratórias ligadas às novas expulsões e atrativos desta ruralidade. Em suma, uma mudança profunda econômica, social e cultural, em sintonia com toda uma época na história global dos últimos cinquenta anos.

Desde diferentes ângulos, isso foi analisado em detalhe pelos estudos agrários contemporâneos, os quais contribuíram para formar um vasto acervo de conhecimentos e consensos compartilhados em nosso âmbito há décadas sobre as grandes características empíricas do processo (Alasru, 2014; Gras; Hernández, 2013; Pereira Leite; Bruno, 2019). No entanto, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que o acúmulo de estudos e interpretações permitiu registrar e analisar muitas das qualidades objetivas dessas transformações, sua natureza permanecia relativamente obscurecida por conceitos substitutos ao de capitalismo, como “agronegócio”, cadeias produtivas (e suas derivações terminológicas), “modelos de desenvolvimento” ou simplesmente “extrativismo”. Ou seja, noções que, embora dessem conta das modalidades

próprias desse ciclo de expansão capitalista, acabaram por substituir aquilo de que eram uma variante epocal.

Daí que o mesmo esforço intelectual que tentava dar conta das especificidades dessas transformações minava a base conceitual que permitia compreender sua lógica interna e dar-lhes uma coerência totalizante, em linha com transformações mais amplas em nível global, para além de casos pontuais em uma região ou outra.

As consequências desse viés são variadas, mas nos concentraremos naquelas que contribuíram para negligenciar a questão do trabalho e dos trabalhadores como uma dimensão chave do conjunto do processo. Os “modelos de desenvolvimento”, os “agronegócios”, as “cadeias” ou o “extrativismo” deixaram de ser concebidos como uma expressão histórica desta etapa do capitalismo e passaram a ser conceptualizados como uma espécie de novo método, de moral ou de técnica empregada por uma geração também nova de empresários, bem como por um espírito tecnocrata e produtivista dos responsáveis pelas políticas públicas. Ou seja, uma espécie de opção subjetiva *sui generis*, restrita a determinados sujeitos – empresários privados e tecnocratas públicos –, que teriam assim concentrado a iniciativa histórica do processo, além de toda lógica social, impondo-se à força de grandes somas de dinheiro, *lobby*, publicidade e violência.

Certamente, embora tenham existido as grandes somas de dinheiro, o *lobby*, a publicidade ou a violência, eles fizeram parte dos recursos de poder de que dispôs apenas uma das partes no processo histórico, cujos interesses foram, por sua vez, pautados pela lógica de um sistema social que se impõe a eles próprios como imperativo e condicionante. Nessa perspectiva, o processo de transformações que os territórios rurais da América do Sul experimentaram entre o final do século XX e o início do século XXI teria sido o mero produto da ação deliberada e consciente de grupos muito restritos de indivíduos, ficando sem explicar por que eles puderam se impor e não outros; por que se propuseram fazer isso e não outra coisa; por que naquele momento e não em outro; e quais foram seus limites, se é que os tiveram.

Por último, também permanece sem explicação em que condições específicas esses interesses conseguiram reunir esses recursos de poder e empregá-los

com sucesso, não apenas combatendo a resistência de determinados grupos subalternos a ferro e fogo, mas também incorporando de forma subordinada outros setores em termos econômicos e culturais, como requisito para seu funcionamento regular. Aqui já podemos intuir por onde entrarão as trabalhadoras e trabalhadores rurais em nossa proposta.

Esse viés explicativo, então, ao entender essas mudanças como resultado da decisão unilateral e deliberada de empresários e tecnocratas, tendeu a substituir a explicação sociológica do processo social pela condenação moral dos atores. E, no mesmo movimento, restringiu seu olhar “para cima”, já que o fator explicativo do processo se limitou a empresários ou tecnocratas, sem que os grupos subalternos tivessem qualquer papel no interior dos agronegócios, do extrativismo ou dos modelos de desenvolvimento: dentro desses conceitos não haveria nada ligado aos “de baixo”.

Por isso, quando pensa em “resistências” ou “alternativas”, essa abordagem dirige seu olhar não tanto para os grupos subalternos que estão dentro do agronegócio, como os trabalhadores e trabalhadoras assalariados, mas para aqueles que – imagina – estariam “fora” dele: agricultores familiares, camponeses, indígenas ou pequenos produtores, que de alguma forma, “optariam” com tanta liberdade quanto os empresários por “outro tipo de valores”.

Implicitamente, isso sugere que a participação de operários e operárias na produção de soja, café ou carnes sob o comando dos empresários implicaria algum tipo de “pacto” com os valores do agronegócio, de modo que os trabalhadores também cairiam sutilmente sob a mesma condenação moral que seus empregadores por “escolher” o capitalismo, sem que fosse de interesse sociológico explicar como e por que chegaram lá, nem em que medida os próprios empresários também dependem deles. Por isso, em última análise, cifrar a explicação do processo nas práticas conscientes e deliberadas dos atores – sejam empresários ou agricultores familiares – compõe duas faces de uma mesma interpretação filosoficamente liberal e teoricamente pós-estruturalista do processo histórico, que descarta os condicionantes da ação social ocultos a seus próprios executantes e os resultados não controlados da interação de todos eles. Em uma palavra: seria um processo com sujeitos, mas sem estruturas nem sistema.

Isso é o que se perdeu na passagem imperceptível da compreensão crítica do capitalismo para o julgamento moral do agronegócio. Em sintonia com a época, popularizou-se uma visão essencialista que não leva em conta as interdependências recíprocas e as relações de força mutáveis que as relações de poder e exploração implicam, concentrando-se apenas em sujeitos que se supõem independentes uns dos outros: empresários essencialmente poderosos e moralmente maus; e camponeses, agricultores familiares e pequenos produtores essencialmente fracos e moralmente bons.

Certamente, é notável que a produção capitalista possa prescindir de camponeses tradicionais, pequenos produtores ou indígenas, embora não de suas terras. Por isso, como propusemos em outra oportunidade (Villulla, 2017), é em seus territórios – na fronteira do capitalismo agrário – que se travam as batalhas mais violentas e onde existe a possibilidade da aniquilação física dos sujeitos de resistência, justamente porque se trata de oposições excludentes, e não de interdependências assimétricas como as que opõem e unem diariamente o capital e o trabalho.

Se capitalistas e camponeses podem ser pensados como sujeitos autônomos, isso não permite concluir que suas ações se desenvolvam com total independência ou desarticulação e sem oposição permanente, sem condicionantes nem contatos, sem estruturas ou sistemas mais amplos do que os dados pelos seus pontos de confronto imediato (como o crédito público). Inversamente, a subalternização de assalariados e assalariadas rurais pelas empresas agropecuárias também não fala de uma solidariedade sem mais entre operários e patrões em torno dos valores do capitalismo.

A intenção da proposta desta Seção Temática foi precisamente colocar o acento nas interdependências contraditórias entre “os de cima e os de baixo”, como a relação salarial, sem a qual o capital também não existe. De fato, em última análise, isso é o capital, entendido como uma relação social, e não como uma soma de dinheiro ou um patrimônio. Da mesma forma que o poder também não é um lugar nem uma coisa que se possui de uma vez por todas, mas um exercício no âmbito de uma relação de forças entre duas partes que nunca encontra seu equilíbrio definitivo.

Por isso, não concebemos os estudos laborais aqui apresentados como um campo de estudo separado de todos os outros, e sim pensamos a exploração do trabalho e a dominação dos grupos subalternos como uma dimensão constitutiva central do que se tornou visível como “agronegócio”, tentando decodificar o que o trabalho rural tem a nos dizer sobre a natureza mais geral das transformações que o campo sul-americano sofreu nas últimas décadas.

Razões para a invisibilização

O estudo do trabalho agrário constituiu um campo de pesquisa amplamente desenvolvido na sociologia rural latino-americana (Aparicio; Neiman; Piñeiro, 2010; González Casanova, 1969; Lara Flores, 2006; Moraes Silva, 1998; Solari, 1971). Esses estudos envolveram tanto os desenvolvimentos da tradição da sociologia agrária quanto elementos disciplinares da sociologia do trabalho.

Considerando o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, podem ser percebidos antecedentes da discussão aqui proposta na forma assumida pelo debate sobre a proletarianização do campesinato. Contra a tese de uma proletarianização inevitável do camponês nas condições do desenvolvimento capitalista da agricultura, foi sendo construída a ideia do fortalecimento da unidade doméstica rural (camponesa) como resultado da emergência desse novo ator social, identificado ora como camponês, ora como agricultor familiar.

Ainda que sejam figuras não necessariamente equivalentes do ponto de vista teórico e empírico, tais atores sociais são introduzidos para explicar como o desenvolvimento capitalista do campo brasileiro ocorreu sem uma “descampesinização”. Ao contrário, o desenvolvimento heterogêneo do capitalismo no campo mantém e fortalece a permanência da unidade familiar camponesa, permitindo a combinação entre controle direto do trabalho na propriedade ou posse e obtenção de renda monetária (Fernandes, 2001, 2004; Martins, 1980; Nakano, 1981; Oliveira, 2007; Wanderley, 1985).

Nesse contexto, a análise da dinâmica do desenvolvimento do capitalismo rural independe do reconhecimento da existência de relações capitalistas “típicas”, que apontam para a introdução da relação salarial como um dos seus fundamentos. Tal modo de análise aponta para a persistência de

formas não capitalistas no movimento do desenvolvimento capitalista, o que seria suficiente para mascarar a necessidade de compreensão dos elementos fundantes desse processo. Assim, tais estudos, ao privilegiarem a heterogeneidade que se constitui no desenvolvimento capitalista no campo pela persistência do pequeno trabalhador rural com vínculos precários à terra, sugerem que o capitalismo pode (re)produzir um sujeito que é seu contrário: o camponês.

Outra perspectiva que sustenta a opção pela invisibilização do assalariamento como relação social fundamental do desenvolvimento capitalista do campo é a que associa a queda no número de ocupações assalariadas rurais a uma pretensa permanência e expansão da agricultura familiar. Afinal, segundo Loureiro (1981), em 1970 havia 2,6 milhões de pessoas empregadas em atividades rurais, representando 15% do total do pessoal ocupado no campo brasileiro, número que era quase 32% menor do que o recenseado em 1940.

Em 2013, porém, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2014), o número de pessoas ocupadas com 10 anos ou mais de idade em empregos assalariados (com e sem contratos formais de trabalho) no meio rural brasileiro era de quatro milhões de trabalhadores. Houve, então, crescimento. Em 2015, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), esse número era de 3,89 milhões de pessoas, contingente que representava 29% do total de pessoas ocupadas em atividades agrícolas assalariadas no país. Em 2023, os dados da PNAD indicavam a existência de 3,7 milhões de pessoas na mesma categoria. Houve, então, queda e estabilização.

Mesmo que se possa considerar diferenças metodológicas e estatísticas entre as abordagens citadas, isso não significa que ocorreu eliminação das relações de trabalho capitalistas no campo – talvez, tenha ocorrido sua intensificação. Estudo realizado por Alves *et al.* (2025), ademais, aponta que houve redução do contingente de trabalhadores agrícolas na última década, mas ela foi significativa no universo da agricultura familiar: trabalhadores por conta própria e trabalhadores familiares auxiliares, não no de assalariados.

Um terceiro antecedente, que se articula com os dois anteriores, é o da emergência do tema da modernização e integração do produtor rural ao

mercado, o que requer o reconhecimento da pluriatividade do negócio agrícola (Abramovay, 1992; Graziano da Silva, 1999, 2002; Sacco dos Anjos, 2001; Schneider, 2003). Ainda que seja verificável que a unidade produtiva rural baseada no trabalho familiar combine atividades consideradas rurais com outras urbanas por meio de distintas modificações nas relações setoriais e espaciais e, também, que em muitas regiões seja possível encontrar o crescimento da oferta de força de trabalho em atividades rurais não agrícolas, isso não significa que a unidade “pluriativa” não seja articulada por relações capitalistas de produção.

Em suma, ainda que apontem questões empíricas e teóricas pertinentes para a compreensão do desenvolvimento rural e agrário, as abordagens que contribuem para a invisibilização do trabalho assalariado rural dificultam a percepção que passaram a funcionar novas lógicas da acumulação ampliada do capital que vem produzindo transformações nos processos organizativos do trabalho assalariado no campo, o que exige a intensificação da observação e da análise centrada nas relações sociais capitalistas, e não a sua desconsideração.

No entanto, após um auge da sociologia do trabalho agrário entre o final dos anos 90 e os anos 2000 – que ecoava as profundas transformações da ruralidade a partir das mudanças tecnológicas, econômicas, sociais e culturais que a globalização e o neoliberalismo trouxeram –, é possível perceber a reabertura de uma nova lacuna sobre o tema, a qual podemos ilustrar na forma de algumas perguntas chave:

- A sociologia rural está deixando de prestar atenção ao mundo do trabalho na produção agrícola?
- Ou será que as transformações anteriormente investigadas se estabilizaram num ponto em que já não há tanto a dizer?
- Em que medida esse aparente silêncio em torno do trabalho assalariado revela ser ele um tema já suficientemente conhecido, esgotado ou, ao contrário, ecoa um clima teórico global que privilegia outras perspectivas ou temas?
- A ausência de reflexões abrangentes em torno do trabalho assalariado, para além de estudos de caso, significa uma contribuição que abre espaço para perspectivas mais abrangentes, ou estamos diante da possibilidade de um empobrecimento em termos teóricos, explicativos e até mesmo do leque de temas abordados por nossa subdisciplina?

É possível que haja um pouco de cada um desses aparentes dilemas. De qualquer forma, como afirmávamos no início, permanece a impressão de que algumas “viradas” e descuidos nas abordagens teóricas e metodológicas contribuíram para reabrir essa lacuna e, do nosso ponto de vista, para empobrecer o poder explicativo da nossa sociologia rural em relação ao mundo agrário contemporâneo como um todo.

A grande difusão de um suposto “giro territorial” mal compreendido, por exemplo, tem contribuído significativamente para o descaso com o mundo laboral agrário. Por um lado, porque associa determinados sujeitos a um território e depois estabelece divisões esquemáticas entre um tipo de território e outro como se fossem equiparáveis a determinados sujeitos – paradigmaticamente, “territórios camponeses e/ou da agricultura familiar” versus “territórios do agronegócio” –, impedindo uma leitura mais fina das tensões econômicas, sociais e ideológicas no interior de cada um desses “campos”. Ou seja, sem distinguir os diferentes sujeitos sociais que coexistem em uma interdependência contraditória e assimétrica dentro de um mesmo território, como é o caso de patrões e empregados.

Especificamente no caso dos territórios associados ao agronegócio – ou, em um nível mais micro, explorações rotuladas como de tipo “empresarial” – a transformação dessa abordagem em um senso comum da época deixa sem explicação o tipo de relações sociais através das quais produzem e distribuem riquezas de forma regular, fazendo desaparecer por mágica o único fator que cria nova riqueza para o capital em termos de valor: o trabalho.

Outra das tendências teóricas que pode contribuir para negligenciar a questão do trabalho está ligada a duas formas de “neofisiocratismo” (Bartra, 2014, p. 24) que remontam ainda mais além da teoria dos fatores de produção: uma é o abuso da categoria de “acumulação por despossessão” (Harvey, 2003) como explicativa do conjunto do processo de produção e acumulação do capital agrário em escala global; e a outra é a atribuição de valor à terra e/ou à natureza em geral, como Bartra (2014) apontou, concepção muito associada à abordagem dos “extrativismos”.

Em qualquer um dos casos, aqui já não há três fatores, nem dois fatores. Há apenas um: a terra. Ou, em um sentido mais amplo, a natureza. Assim,

a riqueza não seria produzida, mas diretamente apropriada, “extraída” dos territórios. Os conflitos e as relações sociais agrárias ficam então confinados às “disputas por territórios”, entendidas como a luta pura e simples entre diferentes tipos de sujeitos sem qualquer interdependência entre si por parcelas de terra, jazidas minerais ou petrolíferas, cursos d’água, montes, propriedade intelectual de sementes etc.

Em uma palavra: não havendo relações sociais de produção e distribuição de riquezas, dissolvem-se precisamente os processos de transferência e apropriação diferencial de valor no interior do próprio território ou ramo produtivo, os vínculos de poder e as formas de resistência que isso implica, e os emergentes culturais dessas tramas. De novo: desaparecem o trabalho, a exploração laboral e as complexas relações de poder que isso implica, deixando sem explicar nada mais e nada menos que o capital.

Por último, outro fator de desatenção ao trabalho agrário, ligado a um viés ao mesmo tempo metodológico e ideológico, é o que caracteriza o agronegócio de nossos países como um em que predominam produtores do tipo “familiar”. Além do debate em torno do significado dessa categoria, trata-se de uma caracterização da estrutura social agrária que não assume os fortes processos de concentração econômica e de polarização social que a própria sociologia rural analisou nos últimos anos, e dos quais existem evidências estatísticas indiscutíveis na maioria dos nossos países.

Justamente a expansão capitalista que distinguiu as últimas décadas confere maior centralidade explicativa no processo social às categorias “extremas” da estrutura – empresários e trabalhadores assalariados – e uma sustentada desagregação das categorias intermediárias (camponeses, produtores independentes etc.). Apesar dos dados que corroboram este último diagnóstico, sua não assunção teórica resulta em uma assimetria invertida no mundo acadêmico, pela qual escasseiam os estudos sobre as categorias sociais que explicam a dinâmica social e produtiva dos territórios – trabalhadores assalariados e empresas –, gerando uma super-representação dos estudos, debates e programas institucionais dedicados à agricultura “familiar” e/ou camponesa.

Do nosso ponto de vista, esses três grupos de ideias contribuem para desestimular o estudo sociológico do mundo do trabalho agrário, pois lhes

retiram peso explicativo para compreender o conjunto da dinâmica social agrária contemporânea. Ao mesmo tempo, precisamente por causa do descuido com um tema tão transcendente, resta poder explicativo ao conjunto da nossa subdisciplina. Daí a importância de voltar a preencher essa lacuna, entendida como uma peça-chave para compreender não apenas o mundo do trabalho agrário como um tema específico, bem como o tipo de estruturas sociais agrárias que nossos países possuem hoje.

Debates no interior dos estudos sobre o trabalho agrário

O ciclo de estudos sobre o trabalho entre o final dos anos 1990 e os anos 2000 nos legou um novo patamar empírico em relação à questão laboral no agronegócio contemporâneo da América do Sul. Foi possível quantificar de forma consistente o peso predominante do trabalho assalariado na execução das tarefas manuais (importância produtiva) e o predomínio demográfico dos trabalhadores e trabalhadoras assalariados entre os ocupados no agro (importância social), bem como o impacto das fortes transformações técnicas da época em relação aos níveis de emprego e formas de contratação (terceirização, informalização, intermediação etc.); atualizar os circuitos migratórios de trabalhadores temporários; dar conta das novas compatibilizações do trabalho sazonal, já não tanto com a produção camponesa independente tradicional, mas com os sistemas de assistência social estatal de tipo monetário; apontar a marcada desruralização dos trabalhadores e trabalhadoras agrários; e compreender a emergência de novos tipos de conflitos trabalhistas, sobretudo em produções intensivas.

No entanto, à relativa desatualização empírica das pesquisas sobre o trabalho agrário – que não havia sido exaustiva no ciclo anterior – somam-se novos e antigos debates teóricos que consideramos necessário reabrir. Dito de outra forma, o quadro da situação dos estudos sobre o trabalho agrário exige um duplo esforço: de atualização empírica e de debate teórico.

Rendas, fatores ou valor?

Um “não-debate” no interior da sociologia agrária refere-se à questão do valor. Trata-se de uma questão que, naturalmente, tem fortes implicações

para o estudo do trabalho agrário. Qual o alcance explicativo da teoria do valor ao pensar as relações sociais ligadas ao trabalho? Quais as implicações de descartá-la para dar conta do mesmo? São os trabalhadores manuais do agronegócio os verdadeiros produtores do “valor” monetizado pelo setor, ou se trata de transferências de renda em escala mundial pela via dos circuitos da renda da terra? Que lugar ocupam na produção de valor – se houver – o trabalho e os trabalhadores de tipo intelectual, e que papel ocupam nas relações de poder que implica a exploração do trabalho?

Nesse sentido, é notável a ausência de pesquisas que deem conta não apenas dos níveis do salário real nos diferentes mercados de trabalho do setor agropecuário, mas de algum tipo de conexão entre esse dado empírico e os lucros e rendas setoriais. Em outras palavras, são muito escassos os contrastes entre os salários e os lucros/rendas agrárias, seja na chave da exploração (teoria do valor) ou na chave da distribuição funcional da renda (teoria dos fatores). Por quê?

Em suma, qualquer estratégia de reprodução social de coletivos de trabalhadores ou indivíduos deste grupo, ou qualquer estratégia de acumulação empresarial, em relação à questão laboral, gira em torno deste ponto. Em poucas palavras: é o fundamento em torno do qual giram as disputas capital-trabalho: economia de custos de contratação; aumento da produtividade; incorporação ou não de tecnologias organizacionais e materiais; elusão de contribuições patronais; formas de cobrança e pagamento; “acordos” interpessoais; pluriatividade; organização de circuitos migratórios; avaliação das “estratégias” econômicas e políticas; composição de gênero e etnia da mão de obra; emprego de migrantes; conflitos abertos ou resistências silenciosas, entre outros, tudo gira em torno do dado pouco conhecido e debatido da remuneração ao trabalho, do lucro empresarial e da renda da terra. Por que sabemos tão pouco sobre isso?

Por último: que papel desempenham verdadeiramente as “rendas tecnológicas”, a “economia do conhecimento” e as tecnologias organizacionais em termos de produção e apropriação de valor/rendimentos? Trata-se de verdadeiras novidades ou de uma modulação discursiva do empresariado do setor? Quanto há de valor agregado agrário e quanto de reprodução

de valor gerado nas indústrias fornecedoras de tecnologias mecânicas, bioquímicas e digitais?

Vinculado ao anterior, deixou-se de problematizar como uma questão estrutural o tema da tendência secular à expulsão de força de trabalho no setor agropecuário. Isso é paradoxal porque tanto os dados fragmentários de quem acompanha o tema, quanto os debates políticos e teóricos que se desenrolam em torno dessa questão, indicam que estamos diante de uma nova onda de expulsão de trabalhadores e trabalhadoras via intensificação produtiva, automação e robotização.

De todo modo, não dispomos de dados sistemáticos que nos permitam calibrar a magnitude do fenômeno, nem estamos desenvolvendo ferramentas teóricas que nos permitam compreendê-lo. Por outro lado, são quase nulas as linhas de pesquisa que vinculam essas tendências a processos em escala mundial e que, portanto, nos permitam teorizar de forma mais geral sobre a natureza desta etapa do capitalismo agrário, além dos casos particulares. É possível uma produção agrícola sem trabalhadores e trabalhadoras? Quais condições a tornariam possível e/ou necessária? Ao contrário, é um processo reversível? O que acontece, então, com o valor agregado no agronegócio? Como esses processos se integram com os da desruralização da produção agrícola? Quais são as disparidades regionais e os impactos diferenciais que isso pode ter em áreas que dependem em maior ou menor grau do setor agropecuário? Essas dinâmicas são um elemento explicativo para pensar os níveis estruturais de pobreza em nossos países e as migrações rural-urbanas e interior-zonas metropolitanas, ou esses movimentos excedem o emprego agrícola?

Desruralização do trabalho assalariado agrícola: tendências e nuances

A incorporação das produções de base agrária, precisamente, à divisão social do trabalho cada vez mais crescente e intensa provoca a integração da agricultura a complexos ou sistemas agroalimentares que se organizam social, econômica e produtivamente fora da ruralidade. Essas cadeias de produção de alimentos, mais ou menos globais, dependem de um conjunto de elos definidos a partir, por exemplo, das estratégias empresariais e financeiras das corporações, do desenvolvimento tecnológico e do processamento e

distribuição de alimentos. A organização social das produções agrárias define-se, então, a partir de âmbitos externos à ruralidade.

As corporações econômicas, as empresas, o Estado e os aparelhos científicos e tecnológicos, o sistema financeiro, as mudanças nos estilos de vida e nos consumos da população etc., são tão ou mais centrais para entender a produção de alimentos do que as condições agrárias da atividade. Ainda, esse conjunto de elementos conseguiu “domesticar”, em grande medida, os entraves que a natureza implicava para a acumulação do capital.

Esse processo de despovoamento do campo e de redução a um espaço produtivo instrumental controlado “à distância” é o problema abordado por Tifni e Albanesi, nesta Sessão Temática. O alto grau de desruralização, em sentido amplo, do trabalho agrícola é um dado da atualidade. Desde as estratégias de sobrevivência das frações mais desfavorecidas dos trabalhadores, em um extremo, até a emergência de um novo tipo de trabalho e trabalhador ligados a novas tecnologias e formas organizacionais, no outro, são manifestações das mudanças no mundo do trabalho agrário.

Assim, por um lado, a urbanização da residência e dos modos de vida dos trabalhadores é própria das diferentes frações do trabalho assalariado que apresentam formas de reprodução social e consumo altamente mercantilizadas. A socialização e formação dos trabalhadores distingue-se por sua urbanidade, seja pela sua residência ou pelos seus estilos de vida, com as diferenças do caso, tanto para os trabalhadores pobres que não conseguem concluir os seus estudos de nível médio, como para aqueles universitários ligados à agricultura digital. No entanto, Tifni e Albanesi encontram um matiz de classe e gênero nessa tendência: os trabalhadores assalariados permanecem mais na ruralidade do que os produtores independentes ou as figuras patronais, ao mesmo tempo em que se opera um processo de masculinização da residência e do trabalho no campo. Enquanto, como demonstraram outros trabalhos para regiões mais periféricas (Quaranta, 2023), a contrapartida da emergência de um trabalhador altamente qualificado nas zonas mecanizadas ou robotizadas é a produção de uma superpopulação relativa que assume a condição de massa marginal e depende, em grande medida, das transferências monetárias da proteção social para sua reprodução.

Conflito latente, conflito manifesto e assimilação

A mudança agrária e a reestruturação da agricultura, influenciada em grande medida por sua inserção nas cadeias globais de produção de alimentos, afeta as formas de organização do trabalho e o funcionamento dos mercados de trabalho.

A mobilização da força de trabalho com o propósito de sustentar os processos de acumulação envolve uma multiplicidade de fenômenos como a segregação da força de trabalho por origem migratória, gênero ou outra condição social, e a intermediação laboral configurando mercados de trabalho caracterizados pela alta precariedade. As formas que o trabalho assalariado assume constituem um vetor chave para a reprodução das desigualdades sociais que afetam este segmento da população. As formas predominantes de organização e mercados de trabalho, juntamente com as características assumidas pelos trabalhadores agrários, manifestam-se nas modalidades que a ação coletiva e a representação de interesses adquirem no setor.

Compreender a relação e a ligação existente entre a ação coletiva e os tipos de inserções laborais é um elemento-chave para dar conta da representação de interesses e da sindicalização do trabalho assalariado na agricultura. Nesse sentido, há um duplo problema de lacuna: por um lado, devemos desenvolver uma discussão metodológica sobre como investigar formas de conflitividade ou resistência que, por sua modalidade e conteúdos, não se assemelham ao esperado no mundo urbano ou industrial, ao mesmo tempo em que retomamos uma agenda de pesquisa sobre as formas “clássicas” de conflito operário-rural identificáveis em determinados núcleos produtivos, como os abordados nesta Sessão Temática pelo trabalho de Riella, Mascheroni e Tubío, que comentaremos adiante.

Por outro lado, também não soubemos identificar, ponderar e explicar as formas de adaptação, assimilação e integração do trabalho ao capital, seja em termos estritamente sindicais ou corporativos, bem como no que diz respeito ao mundo mais geral da ideologia e da subcultura “do campo”. É isso que o trabalho de Capdevielle sobre os acordos informais entre peões e empregadores pecuaristas na Argentina aborda. Ambos os trabalhos vêm atender a uma

dificuldade mais geral em nossa subdisciplina: sistematizar e explicar tanto o conflito quanto o não-conflito – com a escala de cinzas que podem existir entre um e outro polo –, em um setor econômico no qual o trabalho informal duplica o formal, no qual as remunerações estão entre as mais baixas do país e no qual as formas de precariedade também estariam atingindo o segmento de trabalhadores e trabalhadoras intelectuais e/ou de direção.

Quais são as contribuições dos artigos para pensar estes eixos?

No âmbito de todos esses debates e lacunas, o trabalho de Bruno Capdevielle, “Dentro, acima e além da lei: salários e rendimentos dos trabalhadores pecuaristas da Província de Buenos Aires, Argentina”, concebe a relação salarial como uma relação econômica e, ao mesmo tempo, como uma relação de poder com dois polos.

Seu estudo introduz precisamente a questão de como se compatibilizam os baixos salários pagos pelos empregadores da pecuária bonaerense com as estratégias de sobrevivência e a relativa autonomia dos grupos subalternos que ali trabalham, criando um consenso instável, mas generalizado, entre o capital e o trabalho do setor. “Permissões” dos patrões para que os peões desenvolvam produções próprias – para autoconsumo, mas sobretudo para comercialização –, ou trabalho familiar não remunerado dentro das propriedades e atividades em troca de dinheiro fora delas, somam rendimentos sem aumentar os salários, ao mesmo tempo que obrigam a aumentar as horas de trabalho investidas pelo conjunto do grupo familiar dos peões empregados.

Este trabalho extra, por outro lado, é vivenciado como um exercício de independência mais do que como mais um fardo de um mau relacionamento salarial, o que, somado à autonomia relativa no processo de trabalho – a céu aberto, de forma individual e longe do olhar patronal – concilia todo o quadro com os valores da tradição gaúcha das pampas, refuncionalizando a “economia moral” das classes populares com a rentabilidade e a ordem que os empregadores exigem.

O artigo de Evangelina Ana Tifni e Roxana Albanesi “Quem habita no campo? Reflexões sobre residência, gênero e trabalho em Santa Fé”, também referindo-se à zona pampiana argentina, nos mantém na dinâmica capital-

trabalho em um dos epicentros do agronegócio na América do Sul, mas o faz cruzando-o com a perspectiva de gênero e com um enfoque territorial. A partir desse triângulo conceitual, Tifni e Albanesi confirmam que o desenvolvimento do capitalismo agrário no sul de Santa Fé aprofunda o despovoamento rural em geral, mas também que aqueles que permanecem morando nos campos são trabalhadores em relação de dependência.

Ou seja, existe uma divisão de classe no processo de despovoamento, em que aqueles que têm a possibilidade – em termos de recursos e posição social – deixam o campo para residir em lugares mais conectados e confortáveis, enquanto os trabalhadores assalariados – por sua posição e menores alternativas – são forçados pela relação de dependência e pelas características do processo de trabalho, sobretudo cuidado do gado ou ordenha, a residir como guardiões solitários da ruralidade.

Como esse processo se sobrepõe à concentração da produção, deslocando os produtores familiares por empresas capitalistas, também diminui a participação feminina no trabalho produtivo e na vida social da ruralidade, já que os assalariados são predominantemente homens. Isso acaba por formar um campo socialmente mais polarizado e menos igualitário em termos de sua composição de gênero, ao mesmo tempo em que faz da terra um mero instrumento de produção e não a plataforma de nenhum modo de vida integral.

A contribuição de Alberto Riella, Paola Mascheroni e Mauricio Tubío, “Ação coletiva e sindicalismo no agro: a trajetória dos sindicatos da ‘laranja’ no norte do Uruguai”, nos convida a pensar na dimensão política dos vínculos capital-trabalho no campo e, por essa via, em sua conexão com a história dos ciclos políticos mais gerais das sociedades em que se desenvolve. Seu artigo oferece hipóteses explicativas essenciais para compreender a persistência da ação sindical no noroeste rural do Uruguai – centrado na produção de cítricos – a partir das características do processo de trabalho – que mantém grande quantidade de trabalhadores e trabalhadoras rurais concentrados no tempo e no espaço – e da residência urbana dos assalariados, o que lhes confere maior autonomia para se reunirem também após o trabalho, ao mesmo tempo em que se conectam melhor com dinâmicas políticas além do agrário e do trabalho.

Este é um espelho invertido do quadro que Capdevielle, Tifni e Albanesi nos mostravam para a produção extensiva na pampa argentina, na qual o isolamento, a solidão e o despovoamento do território andam de mãos dadas com uma atividade sindical quase inexistente e uma maior desconexão dos processos políticos mais gerais do país. Além disso, essas condições, que permitem a manutenção no tempo de uma organização sindical no caso uruguaio, habilitam um acúmulo de história, de conhecimento do fazer sindical e de identidade coletiva, que reforça a capacidade de ação e o sentido de pertencimento no presente.

De qualquer forma, Riella, Mascheroni e Tubío não se inspiram em uma romantização do sujeito operário-rural nem de sua ação sindical, mas, justamente a partir da explicação das condições para seu desenvolvimento, identificam – além de diferentes ciclos de relações de força na história – desafios do presente que limitam sua capacidade de luta e que colocam em questão suas conquistas. Isso tanto por problemáticas próprias quanto pela ação deliberada da parte patronal, configurando – como já afirmamos antes – uma complexa teia de poder que nunca atinge um equilíbrio duradouro entre grupos subalternos e dominantes.

Por fim, o artigo de Rosimeire Salata, “Transformações no trabalho canavieiro no século XXI: empresas, sindicatos e qualificação profissional nas usinas paulistas”, aborda um problema complexíssimo das relações capital-trabalho em termos de poder e exploração: a tecnologia, o conhecimento e o disciplinamento social. Sua pesquisa revela como, entre 2011 e 2012, o Programa Renovação, implementado pela União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) em parceria com sindicatos rurais em São Paulo, buscou requalificar trabalhadores canavieiros no contexto de uma rápida mecanização da colheita de cana-de-açúcar.

O Programa, apresentado como ação de “responsabilidade socioambiental” e possibilidade de “incluir mulheres” nas novas tarefas, oferecia cursos técnicos para se adaptar às novas demandas produtivas, mas era direcionado sobretudo a trabalhadores já contratados de forma permanente, e não a temporários, os mais afetados pela mecanização. De fato, ela reduziu massivamente o trabalho manual, deixando centenas de milhares de operários desempregados

em poucos anos, e desarticulando as condições para a ação sindical, como as que os colegas uruguaios analisaram no caso dos cítricos.

Se a expulsão massiva da força de trabalho inclinava a balança a favor do capital contra o trabalho em qualquer negociação, subsistia um problema político e funcional: o empresariado viu-se na necessidade de “reeducar” os empregados nas novas funções que a mecanização lhes reservava. Mas, acima de tudo, ele enfatizava a formação cultural em “adaptabilidade, proatividade e autocontrole”, alinhada às necessidades empresariais. Em suma, tratou-se de uma ressocialização organizacional, com forte conteúdo ideológico, mais do que de um treinamento profissional tradicional, limitado ao aspecto técnico.

Os sindicatos, diante da perda de força de negociação e de emprego manual, adotaram uma estratégia de cooperação com as empresas, apoiando o programa como via de reinserção laboral. Finalmente, a “requalificação” funcionou como um filtro que definia estar “preparado” para o trabalho mais por disposições comportamentais do que por domínio técnico, reforçando a adaptação a um mercado de trabalho flexível e incerto. O Programa Renovação foi integrado a uma estratégia empresarial e sindical que, em nome da sustentabilidade e da responsabilidade social, reorientou a força de trabalho para um modelo polivalente, adaptável e disciplinado. Embora tenha promovido melhorias na imagem e certas habilidades, não resolveu as precariedades estruturais nem compensou as perdas de empregos e salários decorrentes da mecanização.

Novamente, tal como abordado nos trabalhos de Capdevielle e de Riella, Mascheroni e Tubío, pode-se perceber que as relações políticas entre o capital e o trabalho demandam permanentemente estratégias de poder que puxam para um lado e para o outro a corda da interdependência assimétrica e contraditória entre os dominantes e os subalternos, resultando em cenários que não são de forma alguma um mero resultado econômico das forças do mercado.

Em síntese, os artigos apresentados nessa Seção Temática da Revista ESA contribuem para colocar em relevo a pertinência e a atualidade dos debates sobre o assalariamento rural em diversas chaves explicativas, esclarecendo sobre processos e práticas dos sujeitos em oposição no desenvolvimento do capitalismo no campo latino-americano.

As perspectivas de pesquisa e de análise que eles aportam sugerem que o tema é importante e abordá-lo é fundamental para que se possa compreender o que se chama de mundo rural no continente. Nesse sentido, os autores e as autoras dos artigos desta Seção respondem negativamente à questão da falta de atenção da sociologia rural ao mundo do trabalho na produção agropecuária, em suas dimensões múltiplas e interdisciplinares.

Na mesma direção, sugere-se que a leitura dos textos auxiliará a entender que novas questões sobre as relações laborais e os conflitos de classe em torno do assalariamento apontam para um dinamismo deste “objeto” de investigação – o que não autoriza dizer que há uma “estabilidade” do real que faz com que a observação arguta e a teorização deixem de operar.

Referências

- ALASRU. IX Congreso. Conferencias magistrales y mesas redondas. *Revista ALASRU Nueva época*, n. 10, 2014.
- ALMEYRA, Guillermo *et al.* (coord.). *Capitalismo: tierra y poder en América Latina (1982-2012)*. Buenos Aires: Ediciones Continente, 2015.
- ALVES, Fábio *et al.* *Dinâmica do trabalho agrícola no Brasil entre 2012 e 2023: uma análise a partir dos dados da PNAD contínua*. Rio de Janeiro: Ipea, 2025. (Texto para Discussão, 3114).
- APARICIO, Susana; NEIMAN, Guillermo; PIÑEIRO, Diego. *Trabajo y trabajadores en el agro rioplatense*. Montevideo: Letraeñe, 2010.
- BARTRA, Armando. Campesinos del tercer milenio: aproximaciones a una quimera. *Revista ALASRU Nueva época*, n. 10, p. 17-44, 2014.
- BENGOA, José. 25 años de estudios rurales. *Sociologías*, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 36-99, 2003.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro*. São Paulo: Dieese, 2014. (Estudos e Pesquisas, 74). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2014/estpesq74trabalhoRural.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2025.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. *Agrária*, n. 1, p. 16-36, 2004.

- GIARRACCA, Norma; LEVY, Betina. *Ruralidades Latinoamericanas*. Identidades y luchas sociales. Buenos Aires: CLACSO, 2004.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. *Sociología de la explotación*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1969.
- GRAS, Carla; HERNÁNDEZ, Valeria. *El agro como negocio*. Producción, sociedad y territorios en la globalización. Buenos Aires: Biblos, 2013.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *Tecnologia e agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Unicamp, 2002.
- HARVEY, David. *El nuevo imperialismo*. Madrid: Akal, 2003.
- LARA FLORES, Sara María. El trabajo en la agricultura: un recuento sobre América Latina. In DE LA GARZA, Enrique (coord.). *Teorías sociales y estudios del trabajo: nuevos enfoques*. Barcelona: Anthropos, 2006.
- LOUREIRO, Maria Rita Garcia. O controle do processo de trabalho na agricultura. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 29-34, 1981.
- MAFORT, Kelli. Precarização entre os assalariados do campo, uma disparidade histórica. *MST*, 5 set. 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/09/05/precarizacao-entre-os-assalariados-do-campo-uma-disparidade-historica/>. Acesso em: 18 nov. 2025.
- MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- MORAES SILVA, Maria Aparecida de. *Errantes do fim do século*. São Paulo: UNESP, 1998.
- NAKANO, Yoshiaki. A destruição da renda da terra e da taxa de lucro na agricultura. *Revista de Economia Política*, v. 1, n. 3, p. 281-292, 1981.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007.
- OMACHEA SAAVEDRA, Enrique. Pequeña y gran producción agrícola capitalista y trabajo asalariado en Bolivia. In: RIELLA, Alberto; MASCHERONI, Paola. *Asalariados rurales en América Latina*. Montevideo: CLACSO, 2015.
- PEREIRA LEITE, Sergio; BRUNO, Regina. *O rural brasileiro na perspectiva do século XXI*. Rio de Janeiro: Garammond Universitária, 2019.
- QUARANTA, Germán. Ni campesinos ni obreros rurales: la población rural en un contexto agrario insuficiente. *Revista Euroamericana de Antropología*, Salamanca, n. 14, p. 103-124, 2023.
- RIELLA, Alberto; MASCHERONI, Paola. *Asalariados rurales en América Latina*. Montevideo: CLACSO, 2015.
- SACCO DOS ANJOS, Flavio. Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 54-80, 2001.
- SCHNEIDER, Sérgio. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- SOLARI, Aldo. *Sociología rural latinoamericana*. Buenos Aires: Paidós, 1971.

VILLULLA, Juan Manuel. Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana argentina. *Revista NERA*, Presidente Prudente, ano 20, n. 35, p. 41-64, 2017.

VILLULLA, Juan Manuel; VÉRTIZ, Patricio. Despoder estructural del trabajo en un sector estratégico: el caso del agro en Argentina, 2016-2023. *Cuadernos de Economía Crítica*, v. 11, n. 22, p. 139-162, 2025.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. O camponês: um trabalhador para o capital. *Caderno de Difusão Tecnológica*, Brasília, DF, v. 1, p. 13-78, 1985.

Como citar

VILLULLA, Juan Manuel; GONÇALVES, Mucio Tosta. Um elefante na sala. Capitalismo e trabalhadores rurais no campo sul-americano. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, e2533109, 09.02.2026. DOI: https://doi.org/10.36920/esa33-1_09



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.